

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

Ao
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria-Executiva
Departamento de Administração
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços Gerais
Coordenação de Compras e Contratos
Divisão de Compras

A/C: Excelentíssimo Senhor Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação
Assunto: Recurso Contra o Resultado do Certame
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2019 e Processo n 55000.018834/2018-09

Prezado Senhor,

A empresa CERES - Consultoria e Serviços para Seguro Rural e Renegociações LTDA, inscrita sob CNPJ 29.867.760/0001-85, Insc. Estadual 07.852.753/001-49, NICE: 53202158709, sito à Quadra CRS 502, Bloco C, Loja 37, Parte 829, Asa Sul, Brasília (DF), CEP 70.330-530, participante do certame supra referenciado, neste ato representada pelo seu Sócio Administrador: Sr. José Peres Vieira, inscrito no CPF 861.885.348-87, legalmente constituído na forma dos seus atos constitutivos, e no uso de suas atribuições, vem mui respeitosamente, apresentar a V.Sa. RECURSO, contra a decisão de V.Sa., em Aceitar e Habilitar a empresa "INSTITUTO GEMOLOGICO DO BRASIL LTDA ME, inscrita no CNPJ: 04.071.218/0001-98", com base nos fatos e fundamentos.

Ilmo Sr. a empresa "INSTITUTO GEMOLOGICO DO BRASIL", consagrada vencedora, NÃO ATENDE as exigências do Edital e do Termo de Referência em epígrafe, e ainda CONTESTAMOS À PROPOSTA apresentada para o GRUPO 1, por entender que vários itens do Edital não foram atendidos, como se passa a expor:

Das exigências do edital:

No Item 6 – DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, em seu subitem 6.1 do Edital informa que: Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MP nº 2, de 2010.

A empresa Instituto Gemologico não atende essa exigência, visto que a mesma não poderia, nem pode prestar serviços de agronomia sem um responsável técnico agrônomo.

Senão vejamos:

1) CREA: responsável técnico não é agrônomo: Cabe questionar se a empresa está cadastrada no CREA para serviços de agronomia, pois no cartão do CNPJ não consta como uma atividade fim, como também não consta no cadastro do Governo do Distrito Federal. A saber:

CONSTA DO REGISTRO NO CREA ...

==== OBSERVACAO: REGISTRO CONCEDIDO PARA DESEMPENHO DAS ATIVIDADES CONSTANTES NO OBJETO SOCIAL E QUE SEJAM COMPATIVÉIS COM AS ATRIBUIÇÕES DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS. (grifos e negritos nosso)

Responsáveis Técnicos

Nome: LUIZ ANTONIO BARBOZA

Item: 1 Títulos: GEOLOGO

Carteira: 4190/D-DF CPF: 085.401.791-72

Data de início da resp. técnica: 24/03/2017

Atribuições: LEI 4076/62 ART 06

2) Cartão CNPJ: diverge contrato social;

CNPJ ...

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

85.41-4-00 - Educação profissional de nível técnico

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

71.19-7-02 - Atividades de estudos geológicos

09.90-4-03 - Atividades de apoio à extração de minerais não metálicos

72.10-0-00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais

46.12-5-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos

Contrato Social – 4ª. Alteração (27/03/2019)...

CLÁUSULA TERCEIRA: Objetivo social é: Prestação de serviços de cursos, consultoria, certificação e pesquisa nas áreas de hidrogeologia, geologia, meio ambiente, gemologia agronomia e mineração. Prestação de serviços de pesquisa e consultoria em agronomia, atividades agrícolas e pecuárias, comercialização de bens minerais, materiais utilizados na construção civil, venda de produtos de origem mineral e representações comerciais.

3) Atividade da empresa no cadastro do GDF diferente do contrato social:
Descrição Atividade Econômica do ISS: EDUCACAO PROFISSIONAL DE NIVEL TECNICO

Reforça o entendimento exposto acima normativo do CONFEA:

RESOLUÇÃO Nº 336, DE 27 OUT 1989 DO CONFEA.

Dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, no uso da atribuição que lhe confere a letra "f" do artigo 27, combinado com o estabelecido no § 3º do artigo 59 da Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966,

...

Art. 9º - Só será concedido registro à pessoa jurídica cuja denominação for condizente com suas finalidades e quando seu ou seus responsáveis técnicos tiverem atribuições coerentes com os objetivos sociais da mesma.

Art. 10 - As pessoas jurídicas registradas na forma desta Resolução, sempre que efetuarem alterações nos seus objetivos, no seu quadro técnico ou na atividade de seus profissionais, deverão, no prazo de 30 (trinta) dias, comunicar ao CREA.

Parágrafo único - Serão efetivadas novas ARTs, caso haja alterações nas atividades dos profissionais do seu quadro técnico.

Art. 11 - Somente ao profissional habilitado é facultado constituir-se em firma individual para a prestação de serviços profissionais, ou execução de obras, desde que proceda o registro no CREA, nos moldes desta Resolução.

Art. 12 - A responsabilidade técnica por qualquer atividade exercida no campo da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia é sempre do profissional dela encarregado, não podendo, em hipótese nenhuma, ser assumida pela pessoa jurídica.

Art. 13 - Só será concedido registro à pessoa jurídica na plenitude de seus objetivos sociais de sua ou dos objetivos de suas seções técnicas, se os profissionais do seu quadro técnico cobrirem todas as atividades a serem exercitadas.

Parágrafo único - O registro será concedido com restrições das atividades não cobertas pelas atribuições dos profissionais, até que a pessoa jurídica altere seus objetivos ou contrate outros profissionais com atribuições capazes de suprir aqueles objetivos.

Art. 14 - As qualificações de Engenheiro, Arquiteto, Engenheiro Agrônomo, Geólogo, Geógrafo, ou Meteorologista só poderão constar da razão social ou denominação de pessoa jurídica, se estas forem compostas exclusivamente por profissionais que possuam aqueles títulos.

...

No Item 9 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA, dispõe em seu subitem:

9.2 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MPDG n. 5/2017, que:

9.2.1. contenha vício insanável ou ilegalidade;

...

9.2.4. não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e produtividade adotada.

Sobre o Subitem 9.2.1 – a empresa INSTITUTO praticou vício, pois não poderia ter emitido Notas Fiscais de Serviços (apensadas na documentação enviada para o G3) para atividade agrícola, visto que, esses serviços realizados no ano de 2016, não eram objeto do contrato social da empresa, como também não possuía, e nem possui, responsável técnico agrônomo junto ao CREA.

Além disso, as NOTAS FISCAIS DE SERVIÇOS MODELO 3 - Nº 0621, emitida em 22/09/2016, para Mineração Rio do Sal e Nº 0624, de 15/10/2016, para Luiz Angelo Cappelesso foram representadas pela via branca, causando estranheza, pois são vias do cliente. Também causa estranheza que o serviço prestado à Mineração Rio do Sal consta "serviço de perícia para seguro agrícola", visto que o serviço de perícia para seguro agrícola é realizado, via de regra, por uma seguradora.

Cabe esclarecer que o contrato social da empresa, em sua quarta alteração, incluindo atividade rural, é de março de 2019 e os serviços de agronomia de 2016.

Dessa forma caracteriza vício, cabendo a desclassificação da empresa.

Sobre o Subitem 9.2.4 – entende-se que o preço é inexequível, pelos seguintes motivos:

a. MCR 16-4-7 define o valor mínimo de R\$290,00 (duzentos e noventa reais), para elaboração de Relatórios de Comprovação de Perdas do Proagro (RCP), o qual apresenta o mesmo grau de dificuldade para elaboração dos Relatórios de Acompanhamento de Lavouras e de Acompanhamento de Comprovação de Perdas. O mesmo normativo também defini, mais R\$125,00 (cento e vinte e cinco reais), de taxa de administração aos agentes do Proagro, os quais já possui pronto e acabado o Sistema para impositação dos dados no Sicor do Bacen. A Empresa precificou em R\$ 267,11 e R\$289,13 e não considerou taxa de administração e outros investimentos.

b. No Termo de Referência em seu subitem: 4.9, deixa claro que a quantidade de relatórios estimadas para o pregão poderão não ser atendidas em sua totalidade, em fase de variáveis intangíveis. E no subitem 5.1.b, a empresa Instituto não levou em consideração o custo com as soluções de informática. O que tornaria o fluxo de caixa deficitário.

O que diz os subitens:

4.9. A quantidade efetiva de relatórios a serem realizados será definida no decorrer da safra, considerando o número de contratos do Proagro, a ocorrência de eventos climáticos adversos, o número de comunicações de perda em cada região e as necessidades de controle de qualidade e do

risco moral; e

5.1. Levantamento de Dados em Campo e Indicadores de Tendências:

- a) Desenvolvimento das atividades previstas no item 3.6 e 3.7, acima;
- b) Disponibilização de soluções de informática para levantamento e tratamento eletrônico dos dados em articulação com o Sistema SEAF.

A guisa de exemplificação podemos citar que a contratação de 04 (quatro) agrônomos assalariados enseja despesas sem a garantia dos serviços. Outro exemplo pode ser observado na tabela abaixo, onde o fluxo de caixa da Instituo ficaria DEFICITÁRIO diante de uma hipótese de contingenciamento orçamentário da ordem de 37,5%, mantendo as mesmas variáveis da planilha de custo da Instituto:

RECEITA ESPERADA (proposta da Instituo): R\$ 1.057.047,60

INCERTEZAS: REMANEJAMENTOS OU SOLICITAÇÕES MENORES OU CONTINGENCIAMENTO ORÇAMENTÁRIO (37,5%): R\$ 396.392,85

LUCRO BRUTO R\$ 660.654,75

TOTAL DESPESAS/CUSTOS FIXOS (consideradas as mesmas variáveis da Instituo) -R\$ 662.392,22

RESULTADO ANTES DE OUTRAS DESPESAS NÃO CONSIDERADAS -R\$ 1.737,47

DESLOCAMENTOS AÉREOS (ESTIMATIVA DE 6,5% DO LUCRO BRUTO) -R\$ 42.942,56

SOLUÇÕES DE T.I. (ESTIMATIVA DE 5% DO LUCRO BRUTO) -R\$ 33.032,74

RECEITA/DEFICIT PROVÁVEL -R\$ 77.712,77

ITEM 10 – HABILITAÇÃO, em seu subitem 10.6 do Edital: As empresas deverão comprovar, ainda, a Qualificação Técnica, por meio de:

10.6.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, deverá ser comprovada mediante atestação de qualificação técnico- operacional da empresa ou qualificação técnico-profissional de sócio, dirigente ou gestor responsável, na seguinte forma:

10.6.1.1. No caso de qualificação técnico-operacional da empresa, mediante apresentação de atestados de experiência em prestação de serviços técnico-agronômicos, apuração de perdas ou análise de processos de comprovação de perdas em seguro rural ou Proagro, por período não inferior a seis meses, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

Os atestados de capacidade técnica emitidos em 22/09/2016 pela Mineração Rio do Sal e pelo Sr. Luiz Angelo Cappelesso, tomadores dos serviços representados pela Nota Fiscal de Serviços Modelo 3 - nº 0621, emitida em 22/09/2016, e nº 0624, de 15/10/2016, respectivamente, devem ser considerados nulos, tendo em vista que na data da emissão das NF a empresa não tinha registrado no contrato social, nem no cadastro junto ao CREA e nem no comprovante de inscrição do CNPJ atividades para desempenho de serviços relacionados à agricultura, tampouco, tal como atualmente, um responsável técnico agrônomo.

Diante de todo o exposto, estando comprovado quantum satis que a decisão ora acatada não está em sintonia com as regras do Edital e, via de consequência com o princípio da estrita vinculação ao Edital, além de violar os princípios da legalidade, isonomia, razoabilidade e diversos dispositivos legais e constitucionais, espera e confia a Recorrente seja reconsiderada, por essa pregoeira, a decisão referente ao julgamento da licitação para DESCLASSIFICAR a empresa INSTITUTO GEMOLOGICO DO BRASIL LTDA ME, pelo não atendimento da exigência do Edital.

José Peres Vieira - Administrador

CPF 861.885.348-87

Celular: (61) 9.9101-5911

e-mail: peres56@icloud.com

Fechar